



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PROEMI: EDUCAÇÃO INTEGRAL NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LORDÃO EM PICUÍ-PB

Robson Rubenilson dos Santos Ferreira; Antonio Roberto Faustino da Costa; Izanete Maria Silva de Lima; Patrícia Cristina de Aragão Araújo.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), profrobsonhistoria@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), robertofaustino@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), izanete@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), patriciacaa@yahoo.com

Resumo: O presente trabalho analisa a implantação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) na Escola Estadual Professor Lordão, localizada na cidade de Picuí-PB, com objetivo de identificar avanços e desafios deste modelo de educação integral, inserido pelo Ministério da Educação a partir de 2009. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a revisão documental, considerando o marco legal que fundamenta o Ensino Médio Inovador, bem como a análise de indicadores da escola durante o período de 2011 a 2014, além de depoimentos de alunos e professores. Considerando os dados analisados percebemos que a aplicação do ProEMI na Escola Professor Lordão possibilitou significativos avanços, reduzindo a evasão, reprovação e aumentando a aprovação. Observamos, ainda, a aproximação da comunidade local com a escola, através do reconhecimento às diversas premiações recebidas durante o período analisado. Contudo, demonstramos a preocupante limitação da estrutura física da escola que não atende os requisitos necessários à educação em tempo integral.

Palavras-chave: Ensino Médio, ProEMI, Rede Pública Estadual.

1 INTRODUÇÃO

A educação foi historicamente relegada a segundo plano, servindo aos interesses dos grupos dominantes. Seus princípios estiveram voltados a preparar o homem para a vida do trabalho, seja através da normatização do ensino, como avalia Luckesi (1994), seja com um ensino propedêutico, que destinava a formação intelectual, científica à parcela minoritária da população, visto desde a época colonial, perpassando o início do império com ligeira inovação proposta pelos pioneiros da educação no início do Séc. XX. De Vargas aos militares percebemos uma nova centralização, mantendo a educação entre um ensino prático, em alguns momentos tecnicista, e uma educação formadora.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 prometia romper com este modelo, ao propor a discussão sobre o currículo, financiamento e avaliação. A democratização proposta não superou a defasagem do Ensino Médio, tendo ainda gargalos como o abandono, a reprovação e a evasão. Com o Plano Nacional de Educação, o desafio é universalizar e manter a matrícula dos jovens entre 15 e 17 anos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Uma das propostas apresentadas pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação foi a implantação, em 2009, do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI). Um projeto de educação integral que, além da ampliação do tempo na escola, propõe uma discussão no currículo, de forma a integrar os conhecimentos.

Um dos objetivos deste trabalho se propõe a analisar as implicações da implantação do PROEMI na Escola Estadual Professor Lordão, em Picuí-PB, buscando analisar os avanços e desafios vivenciados por alunos, professores e a comunidade escolar a partir da adesão ao programa. Considerando a escola ser referência em educação pública no Estado da Paraíba, torna-se importante analisar se o bom desempenho pedagógico da escola tem alguma relação com a proposta de educação integral implantada a partir de 2012.

Para embasamento do trabalho foi necessário pesquisar sobre a educação brasileira, seus princípios e objetivos. Desta forma, temos no próximo tópico uma breve contextualização histórica, considerando as reformas educacionais e suas finalidades. No tópico subsequente, daremos atenção à legislação reguladora do programa e, na sequência, dedicamo-nos a analisar as mudanças estruturais, pedagógicas, financeiras e de rendimento escolar decorrentes da implantação do ProEMI.

São elencadas questões comparativas com a realidade anterior ao programa, bem como discutidos indicadores oficiais na tentativa de evidenciar os reflexos pedagógicos sobre o rendimento escolar. Discutem-se, ademais, os resultados do ensino Médio e do Índice de Desenvolvimento da Educação na Paraíba (IDEPB), sistema de avaliação interna implantado pelo governo do Estado desde 2012.

No tópico final são apresentados os resultados da pesquisa, destacando as observações verificadas na escola a partir da implantação da educação integral com o ProEMI, principalmente no que se refere aos aspectos pedagógicos. Nas considerações finais destacamos a importância do presente estudo que servirá de fundamento para futuras pesquisas sobre o Ensino Integral na Paraíba, sobretudo, o Programa Ensino Médio Inovador.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho adota como metodologia uma análise qualitativa, considerando a pesquisa bibliográfica e documental realizada com foco no ensino médio integral. Foram considerados autores, como Azevedo (2010), Luckesi (1994), Nascimento (2007) e Saviani



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

(2000), que discutem as mudanças no ensino médio brasileiro e analisam as propostas de reforma, com vistas ao processo de democratização do ensino básico.

De posse de um referencial sobre as reformas no ensino básico brasileiro foi necessário analisar os índices de desempenho da Escola Estadual Professor Lordão de Picuí-PB. Para isso fizemos uso dos dados disponíveis no site no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e passamos a refletir sobre a realidade das escolas públicas da Paraíba e do Brasil.

Ao reconhecer o percurso do ensino médio no país e considerar a realidade local foi necessário buscar, na legislação educacional, as justificativas para entender a proposta do Ministério da Educação (MEC) em lançar um programa de ensino integral para as escolas públicas brasileiras. Neste sentido, foram analisadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Constituição Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e O documento orientador do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI).

Os procedimentos metodológicos visavam, portanto, responder aos objetivos propostos no início da pesquisa que procurava analisar os avanços e desafios do ensino médio na Escola Professor Lordão, a partir da implantação do ProEMI.

3 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

O conceito de educação em tempo integral ainda provoca discussões entre muitos educadores. Alguns a entendem como a ampliação da carga horária oferecida aos alunos da educação básica, outros de forma expandida, na qual o currículo constitui um elemento central neste processo.

Se considerarmos o ensino médio no Brasil, este sempre foi caracterizado pelo dualismo, no qual observamos uma proposta de ensino voltada para o mundo do trabalho, quando se inclui as classes populares, ou uma educação propedêutica quando oferecida às classes dirigentes. Este modelo reforçou a exclusão social e uma precariedade das escolas que oferecem esta etapa de ensino: “O ensino médio tem sido, historicamente, seletivo e vulnerável à desigualdade social.” (NASCIMENTO, 2007) Este modelo ainda é reproduzido no Brasil, apesar das reformas educacionais e das novas concepções, a exemplo do ensino integral.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No período colonial o ensino médio foi relegado a segundo plano. Inicialmente, atendendo ao projeto católico e colonizador, seguido por um modelo laico de Pombal. Apenas com a chegada da família real é que se buscou uma nova estruturação. Contudo, ainda muito distante da realidade, quando consideramos as colônias espanholas.

Uma das primeiras referências à educação integral acontece no início da República, com os pioneiros da educação, como Anísio Teixeira. O governo Vargas implanta algumas reformas educacionais, visando fortalecer o ensino, a qualificação profissional e acompanhando o processo de modernização econômica. Segundo Nascimento (2007), “o dualismo entre ensino propedêutico e profissional no ensino secundário foi confirmado na Carta de 1937, na qual fica claro que a finalidade do ensino profissional era atender aos menos favorecidos, os desvalidos de sorte.”

No período anterior ao golpe militar de 1964, surgem muitos movimentos educacionais que lutam por uma educação integradora, considerada “como uma instância mediadora de uma forma de entender e viver a sociedade” (LUCKESI, 1994, p. 37). Entre os educadores desta época destaca-se Paulo Freire e a defesa por uma educação popular. Com a ditadura militar, toma corpo a reforma educacional de 1971 que fortalece a proposta de um ensino técnico voltado às classes populares e um ensino propedêutico para uma pequena parcela da população com condições de seguir para o ensino superior.

O processo de redemocratização, associado às mudanças no mundo do trabalho e o avanço das tecnologias, favoreceu o retorno dos debates sobre o ensino médio e uma proposta de educação integral. Desta forma, verificamos na legislação nacional, seja por parte da Constituição Federal ou da LDB, a referência ao oferecimento de uma escola em tempo integral.

Não obstante, conforme Jakimiu (2014, p. 21), o “Ensino Médio tem vivenciado uma histórica fragilidade, apresentando problemas de acesso, universalização e qualidade”. Desta forma, mudanças propostas pela Constituição de 1988, como a “progressiva universalização do ensino médio gratuito”, ainda não conseguiram responder às reais necessidades da população.

A escola de ensino médio vivencia o desafio de garantir o acesso e a permanência dos alunos, oferecendo uma educação de qualidade que consiga dialogar numa linguagem jovem, contemporânea e ligada ao mundo do trabalho e das novas tecnologias, capaz de oferecer condições reais em estrutura e currículo para formação cidadã.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Para enfrentar este novo desafio, o MEC lançou o ProEMI, “ampliando suas ações por meio de políticas e programas que atendam de maneira efetiva os estudantes” (BRASIL, 2014, p. 03). O objetivo de universalizar o ensino médio é previsto, ademais, na meta três do Plano Nacional de Educação (PNE), quando define até 2016 para atender todos os jovens entre 15 e 17 anos e ampliar a taxa líquida de matrícula para 85% até o final do PNE.

4 ENSINO MÉDIO INOVADOR

Em seu artigo 22, a LDB estabelece o seguinte: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” Neste sentido, a escola de ensino médio assume o caráter geral, preparando os adolescentes e jovens tanto para o mercado de trabalho, a sequência nos estudos e sua formação cidadã.

Além da legislação as mudanças políticas e econômicas vivenciadas nas últimas décadas, no Brasil, exigiram modificações nas políticas públicas, especialmente, educacionais. O Programa Ensino Médio Inovador surge através da Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009, como uma ação estratégica que visa instrumentalizar as escolas de ensino médio na construção ou redesenho de seu currículo, focando nas reais necessidades dos alunos e possibilitando a ampliação da carga horária, numa perspectiva de educação integral.

A criação do ProEMI visa fortalecer um ensino médio não profissionalizante, através de apoio técnico e financeiro e uma proposta de currículo inovador, “com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras”.

Em novembro de 2011, o MEC publicou autorização para repasse financeiro às Secretarias Estaduais e Distrito Federal para execução do programa, considerando a adesão das escolas que atendessem aos requisitos estabelecidos. Os recursos são disponibilizados por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e, após aprovação do Projeto de Redesenho Curricular (PRC), as escolas podem executar as ações planejadas, cabendo a cada uma delas a responsabilidade de realizar a prestação de contas, através de sua unidade executora.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Considerando o Censo Escolar de 2011, os recursos destinados à execução das ações pedagógicas na Escola Estadual Professor Lordão foram da ordem de R\$ 70.0000,00 para o primeiro ano do programa. De acordo com KRAWCZYK (2013), para viabilizar as reformas no ensino médio, “os estados vêm implementando, com ajuda de financiamento externo, programas e ações que têm como objetivo, segundo suas Secretarias de Educação, a otimização de recursos e, ao mesmo tempo, a democratização e melhoria da qualidade da educação oferecida.”

5 A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA PROFESSOR LORDÃO

O Programa Ensino Médio Inovador só foi implantado na Escola Estadual Professor Lordão em 2012. Mesmo antes de sua implantação, a escola passou a discutir a proposta do ProEMI através de ciclos de estudo sobre o Documento Orientador, participando de seminários estaduais e do seminário nacional de escolas inovadoras que aconteceu no Rio de Janeiro.

A primeira mudança provocada pelo programa foi quanto à matrícula. A escola passou a oferecer apenas o ensino médio e o ensino fundamental foi remanejado para a escola mais próxima. Considerando os dados do Educacenso, no período compreendido entre 2010 e 2014, é possível verificar uma diminuição nas matrículas em 2012 e 2014, decorrente do reordenamento realizado na escola para a implantação do ProEMI.

O acréscimo na matrícula de 2013 deve-se à implantação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na modalidade ensino médio, em prédio cedido pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Felipe Tiago. Apesar da diminuição da matrícula em 2012, as turmas do ProEMI apresentavam um número excessivo de alunos, com cerca 40 alunos por sala, quando a orientação para organização da turmas por parte das Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino era de 25 a 35 alunos.

A implantação do ProEMI exigiu uma adaptação quanto à estrutura física da escola. Ainda em 2011 foi realizada uma reforma para ajustar o espaço à nova estrutura pedagógica. Parte do piso foi trocado, foram acrescentados chuveiros, no pátio foi construído um palco para as apresentações artísticas e culturais, as salas foram gradativamente climatizadas e se realizaram serviços de revisão elétrica e hidráulica. No que se refere à acessibilidade foram



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

realizados serviços como a construção de rampas, corrimões e adaptação de espaços como banheiros e sala de aula.

O Programa Ensino Médio Inovador proporcionou uma relativa melhoria na estrutura física da escola, mas ainda distante da realidade ideal para esta modalidade de ensino. A escola ainda se mostrava desconfortável para os alunos que não dispunham de auditório e ginásio, sendo necessário se deslocarem para o auditório e ginásio municipal, utilizados a partir de agendamento.

No que se refere a equipamentos e material pedagógico, o programa permitiu um importante incremento. Sempre com base no redesenho curricular, os professores desenvolvem projetos que precisam de material e equipamentos que são financiados com recursos do ProEMI, a exemplo de microscópios, torsos humanos, impressoras, notebooks, datashow, estufa, instrumentos musicais, material gráfico, câmeras digitais, armários, bancadas para laboratórios de ciências naturais, viagens para estudos de campo na região, alimentação e formações para alunos e professores.

Além de equipamentos e material pedagógico, a escola ainda pode investir na capacitação dos professores e servidores conforme a proposta inovadora. Destacam-se entre os cursos de qualificação: formação para cultura étnico racial, Direitos Humanos, práticas pedagógicas interdisciplinares, educação inclusiva, produção de áudio visual, teatro e artes plásticas, competências do ENEM, Ensino Médio Inovador, gestão e democratização na escola, educação fiscal, curso de formação de conselheiros, Escola de Gestores e orientação para produção de trabalhos científicos.

Outra importante mudança foi observada com a definição de um novo quadro de professores que atendessem às necessidades do programa, incluindo um professor efetivo com formação específica para articulação juntos aos demais de um processo de organização pedagógica da escola.

Os professores que aderiram ao programa adotaram uma jornada ampliada de 30 para 40 horas, sendo assim distribuídas: 20 horas em sala de aula; 5 horas para estudos na escola; 5 horas para planejamento por área na escola, sob a orientação do professor articulador; 5 horas para planejamento coletivo, realizado na escola sob a orientação da equipe pedagógica e gestora; e 5 horas para atividades extraclasse, como a correção das atividades pedagógicas.

Atendendo à necessidade de um redesenho curricular que considere a flexibilização do currículo e valorize os aspectos da cultura local, linguagem jovem, leitura, prática esportiva,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

valorização da arte e produção científica, a escola apresentou através do portal PDE interativo do MEC sua proposta de redesenho curricular. A mudança ampliou a carga horária do curso médio de 2.768 para 4.800 horas aula, acrescentando os macrocampos: Integração Curricular, Iniciação Científica e Pesquisa, Leitura e Letramento, Cultura Corporal, Comunicação, Cultura Digital e Uso de Mídias, além de Produção e Fruição das Artes.

Os macrocampos constituíam espaços de ação pedagógica, tendo como foco o currículo, através de atividades que buscavam integrar os diversos conhecimentos na escola, de modo a possibilitar a integração curricular, superação da fragmentação e hierarquização dos saberes. Percebemos que a proposta dos macrocampos despertou a insegurança numa parcela dos professores que, apesar das formações e estudos, resistiam com práticas pedagógicas tradicionais. Contudo, a maioria dos docentes entendia sua importância e desenvolvia projetos e ações integradoras, multidisciplinares e inovadoras.

No que se refere à gestão, o programa estimulou o processo de democratização na escola, estimulando os órgãos de controle social, a exemplo do Conselho Escolar e Grêmio Estudantil. A segurança alimentar foi outro aspecto importante que o programa proporcionou aos alunos, visto que era oferecido café da manhã, lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. Percebemos, ainda, que a confiança das famílias junto à escola se elevou, sobretudo, através da frequência das reuniões com os pais.

No que se refere aos dados oficiais, a escola mostrou melhoria a partir da implantação do Ensino Inovador. Verificando a taxa de distorção idade/série fornecida pelo INEP, percebemos uma diminuição considerável nas três séries do ensino médio, sendo que na 1ª série a taxa passou de 50,5% em 2011 para 38,1% em 2013, enquanto a média das escolas públicas estaduais no período foi, respectivamente, de 48,5% e 45,3%. Na 3ª série, este índice decresceu em 12,6% pontos percentuais, saindo de 45,1% para 32,5%.

A minimização da distorção idade/série pode ser explicada, em parte, pela adequação da faixa etária dos alunos ao ProEMI e, por outra parte, pela melhoria pedagógica do programa, com ações e projetos nas áreas de arte, ciência, leitura e tecnologia.

Quando analisamos a taxa de aprovação, percebemos importante avanço desde a implantação do ProEMI. Em 2013, segundo o INEP, a taxa de aprovação nas três séries do ensino médio superou os dados das escolas públicas estaduais do Brasil e Paraíba. Tomando a 2ª série como exemplo, verificamos que, enquanto a aprovação nacional foi 79,9% e a média da Paraíba 77,5%, a média da escola foi 85,8.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Quando analisamos a taxa de reprovação, percebemos contudo que apesar de perceptível a melhoria não foi tão significativa. Houve um avanço quando comparamos com os dados nacionais e estaduais, mas não se mantém constante, já que se verifica uma oscilação interna entre 2011 e 2013. Uma hipótese seria a não adaptação de todos ao programa, visto que o currículo se tornou mais intenso e o desgaste físico dos alunos oriundo do campo.

Quando analisamos os dados do INEP relativos ao abandono verificamos um notável crescimento interno, visto que em 2011 os dados eram 22,4% (1ª Série), 21,4% (2ª série) e 8,0% (3ª série) enquanto, após o segundo ano de implantação do ProEMI, estes dados decaíram, respectivamente, para 14,3%, 6,4% e 7,5%. Isto se deve, entre outros fatores, à implantação da Ficha de Identificação do Aluno Infrequente (Ficai), através da qual a direção identifica o aluno que abandona a sala de aula e desenvolve ações diversas para a reintegração do aluno à escola.

Outro dado importante a ser considerado é quanto ao IDEPB. O Índice de Desenvolvimento da Educação da Paraíba (IDEPB) foi instituído pelo Governo do Estado para acompanhar o desenvolvimento pedagógico das escolas, frente aos investimentos realizados. A primeira avaliação aconteceu em 2012, ano de implantação do ProEMI, e desde então vem sendo aplicada às turmas concluintes de cada nível de ensino. Os resultados foram positivos, passando de 3,1 em 2012 para 3,3 em 2014.

Quando foram analisamos os dados dos alunos quanto ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), verificamos um crescimento em relação a 2011, ano anterior à implantação do ProEMI, mas que não reflete uma melhoria considerável, visto que a média geral da escola é inferior aos 500 pontos.

Se considerarmos outras avaliações que consideram critérios, como protagonismo, criatividade, iniciação científica e participação em feiras, eventos e premiações diversas, podemos entender o envolvimento da equipe escolar com a proposta disponibilizada. Entre os destaques podemos citar: Prêmio MISA/UFCG de redação, Prêmio Parlamento Jovem Brasileiro 2011; Prêmio Professor Exemplar; Prêmio Gesto Exemplar; Prêmio Mestres da Educação; Prêmio Gestão Escolar Consed/MEC; Prêmio Parlamento Jovem Brasileiro – Câmara dos Deputados Federais; Prêmio João Pedro Teixeira; Prêmio Arte Cidadã; e Prêmio Ciência IFPB.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

6 CONCLUSÃO

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), da forma como foi aplicado na Escola Estadual Professor Lordão em picuí-PB, contribuiu para a melhoria do aprendizado de seus alunos, mesmo diante de desafios, como uma precária estrutura física. Apesar de o ProEMI exigir um padrão de escola capaz de oferecer as condições necessárias para implantação das melhorias pedagógicas que se propõe a aplicar, os dados analisados nos permitem refletir que em algumas situações os aspectos pedagógicos conseguem superar as dificuldades estruturais presentes.

Os dados refletem uma considerável melhoria educacional no curto espaço de tempo analisado, mesmo diante dos problemas vivenciados pela escola: estrutura física precária, excesso de alunos, distância das comunidades rurais atendidas.

Considerando os recursos disponibilizados, bem como a proposta de reestruturação curricular exigida, concluímos portanto que as escolas de ensino médio passaram a ter novas perspectivas quanto à permanência do jovem na escola, bem como a possibilidade de melhoria na qualidade do ensino ofertado através da educação integral.

REFERÊNCIAS

Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1998.

Diário Oficial da União. Nº 195, Portaria 971 de instituição do Ensino Médio Inovador. Brasília, 2009.

Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Estado da Educação. João Pessoa, 2012.

Educação integral: *texto referência para o debate nacional*. - Brasília : Mec, Secad, 2009.

EDUCACENSO. Dados disponíveis em <http://educacenso.inep.gov.br/Autenticacao/index>, Acesso em 20/09/2014.

Escola Estadual Professor Lordão. *Projeto Político Pedagógico* – Picuí, 2012.

Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Taxas de rendimento. 2011 a 2013.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Jakimiu, Vanessa Campos de Lara. *Políticas de reestruturação curricular no ensino médio: uma análise do Programa Ensino Médio Inovador* / Vanessa Campos de Lara Jakimiu – Curitiba, 2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 – Brasília, 20 de dezembro de 1996.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

AZEVEDO, Fernando de [et al.]. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. – (Coleção Educadores)

Ministério da Educação. *Programa Ensino Médio Inovador*. Documento Orientador – Brasília 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio*. Brasília, 2009.

NASCIMENTO, Manoel. *Ensino Médio no Brasil: determinações históricas*. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, 15 (1) 77-87, jun. 2007.

Nora Krawczyk. *A escola média: um espaço sem consenso*, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000300009, acesso em 20/09/2014.

Resolução/CD/FNDE nº 31, de 22 de julho de 2013.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 33. ed. rev. - Campinas: Autores Associados, 2000.